

## Garantir qualidade e quantidade no desenvolvimento da habitação económica e o seu bom andamento Chang Ka Wa 3/3/2021

Com os preços da habitação em Macau a permanecerem elevados desde há muito tempo, ultrapassando em muito o poder de compra da maioria das famílias, grande parte destas não tem bens imóveis, e sobretudo os jovens só podem concretizar o sonho de aquisição de habitação própria através da compra de fracções de habitação económica. Mas o desenvolvimento de habitação económica está atrasado, dificultando a estas famílias a aquisição de casa própria. A "situação difícil da habitação" continua a ser um dos principais problemas de subsistência que precisam de ser urgentemente resolvidos em Macau. De acordo com os dados do Instituto de Habitação (IH), em Novembro de 2019 foram abertas inscrições para a população de cerca de 3000 fracções de habitação económica localizadas na Zona A dos Novos Aterros. Após avaliação preliminar dos boletins de candidatura, foram admitidas mais de 35.000 candidaturas, o que revela o grave desequilíbrio actual entre a oferta e a procura de habitação económica.

O Governo pretende reduzir o número de fracções de habitação económica a construir num empreendimento deste tipo na Avenida Wai Long da Taipa, e tem duas propostas. A proposta n.º 1 pretende reduzir o número de torres habitacionais de 13 para 11, sendo um complemento ao plano original, e cuja construção levaria menos tempo. A proposta n.º 2 pretende reduzir o número de fracções de habitação económica a construir para 4000, o que implica replaneamento e levaria mais tempo. Ambas as propostas garantem a "qualidade" da habitação económica, de forma a atingir o objectivo de melhorar os padrões de vida deste tipo de habitação, mas reduzindo a "quantidade" de fracções a construir.

O projecto de construção de 24 mil fracções de habitação económica na Zona A dos Novos Aterros é a chave para resolver os problemas da habitação em Macau. No futuro, o Governo deve considerar o equilíbrio da oferta e da procura de habitação económica, a fim de acelerar o seu desenvolvimento de forma ordenada e de modo a garantir a sua qualidade e o ritmo de construção. A longo prazo, deve reservar terrenos destinados ao desenvolvimento da habitação económica, por exemplo, destinando alguns dos terrenos recuperados pelo Governo para esse fim. O Governo não deve reduzir o número de fracções de habitação económica a construir alegando critérios de "qualidade", de modo a evitar-se a repetição da situação de "haver dinheiro, mas não terrenos para construir habitação económica".